

Além do determinismo tecnológico: corpo e subjetividade na era digital

Luís Felipe de Souza¹

Resumo

A contemporaneidade é produzida pelas novas técnicas digitais, cujos representantes mais marcantes são as redes sociais e as inteligências artificiais. Essa nova fase industrial do capitalismo implica o condicionamento dos modos de subjetivação, dada a inseparabilidade entre tecnologia e existência humana. Este trabalho visa analisar uma leitura fatalista que concebe esta relação como a dominação dos indivíduos humanos pelas máquinas. A hipótese é de que há, nos sujeitos, caminhos para um desenvolvimento técnico além das noções de automatização como expoente do progresso. Se a última perspectiva é verdadeira, então uma certa contingência subjetiva pode modificar os sentidos da relação com os sistemas técnicos. Propõe-se que o corpo, tal como concebido pela psicanálise, abrigue o potencial para produções subjetivas e constitua uma saída para noções deterministas da técnica sobre os modos de vida. O corpo como abrigo da pulsão, representa o potencial contingente para atividades inventivas.

Palavras-chave: Tecnologias digitais. Subjetividade. Corpo. Psicanálise.

¹ Mestrando em filosofia pela Université Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis. Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Universidade de Coimbra (UC). Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Frassinetti do Recife (UniFAFIRE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4248-5248> E-mail: souzaooluis@gmail.com

Introdução

A Quarta Revolução Industrial, ou o advento da chamada Indústria 4.0, se caracterizou pela consolidação do desenvolvimento tecnológico mais sofisticado até então. As mudanças decorrentes da Indústria 4.0 prenunciavam tempos ainda mais automatizados com a expansão das inteligências artificiais, dos ciberespaços, das redes de comunicação e da transmissão de conhecimento — esse quadro gerou uma forma de organização social do trabalho e novas incidências sobre a relação do sujeito consigo mesmo (Klaus, 2016). A vida apresenta contornos diferentes daqueles de há pouco mais de uma década e passa a poder ser emulada em metaversos por meio de corpos virtualizados.

As tecnologias digitais representam uma nova virada quantitativa no curso do desenvolvimento da técnica e, portanto, implica mudanças patentes na estruturação das formas de vida individual e socialmente compartilhadas. Isso significa que os modos de subjetivação estão intimamente atrelados a tais tecnologias. Isto é, vivem-se novas modalidades de sofrimento, de modulação do desejo e do compartilhamento de um mal-estar social peculiar a esta época. Em face do tamanho impacto dessa conjuntura, este trabalho visa propor a existência de um espaço onde haja potencial para o desenvolvimento de uma contingência subjetiva em relação aos receios de determinação e de controle das tecnologias digitais. Essas tecnologias se referem às técnicas de conversão de informações, como imagens, sons e vídeos, em dados processáveis pelos sistemas dos diversos dispositivos eletrônicos *smarts*.

Se esses dispositivos não têm um caráter meramente instrumental, então a autonomia da tecnologia se erige em detrimento da vontade humana. Logo, os humanos são reificados e dominados pelos avanços tecnológicos. Tem-se em vista propor uma reflexão sobre a possível margem de contingência deixada ao sujeito no contexto em que os modos de subjetivação são mais evidentemente sobredeterminados pelas tecnologias digitais.

É nesse íterim que Andrew Feenberg, filósofo da teoria crítica da tecnologia, propõe um caminho intermediário. Apesar de reconhecer o caráter modelador da técnica, Feenberg aposta na possibilidade de graus de liberdade na experiência humana, a partir dos quais seja possível intervir democraticamente nos *designs* tecnológicos. Tal aposta na possibilidade de uma contiguidade entre autonomia humana e o domínio tecnológico parece constituir contradição. Entretanto, este trabalho parte do pressuposto de que a determinação total da vida pela tecnologia esbarra no vazio que habita o corpo e excede a capacidade de simbolização, o que permite ao sujeito se (re)inventar. Se há espaço para um movimento de singularidade a partir desse sem-sentido que habita o corpo, a totalização da cultura digital de massa não abarca toda a experiência humana. Deve haver a possibilidade de um território onde a articulação entre singular e coletivo culmine em uma intervenção democrática que faça frente à hegemonia capitalista sobre as configurações da tecnologia.

Portanto, este trabalho aborda a existência de uma reserva de contingência no quadro de domínio extensivo da técnica a partir de três momentos. No primeiro, busca-se realizar uma interlocução entre a teoria crítica da tecnologia, de Feenberg, e a psicanálise. Para tal, utilizar-se-á, sobretudo, a noção de corpo, buscando nele encontrar a reserva na qual a subjetividade pode inventar-se singularmente à medida que é modelada pelos novos

determinantes tecnológicos. Esse corpo difere da dualidade do paradigma cartesiano que faz distinção entre mente e corpo. O objeto de pesquisa da psicanálise é o corpo pulsional, no qual as pulsões encontram a linguagem numa operação que deixa um resto inassimilável à consciência e que reincide sobre o sujeito.

No segundo momento, busca-se expor uma noção de subjetividade construída a partir de elementos não estáticos, pois situada historicamente. Defende-se o caráter irreduzível da subjetividade aos seus determinantes, pensando o corpo como o território no qual se inscreve o sintoma. Esse sintoma, compreendido tanto em sua dimensão simbólica, submissa à lei do significante, quanto como letra, irrepresentável, abre portas para a inventividade do sujeito por meio da construção do *sinthoma*, que sutura a fissura simbólica. O corpo, habitado pelo vazio, constitui uma via criativa perante as posições do gozo.

Finalmente, o terceiro momento envereda pela via do sintoma. Este, detentor de um núcleo não simbolizável, resguarda a reserva contingente diante dos imperativos modeladores da técnica. A contingência, própria desse impossível de simbolizar, assegura uma reserva de imprevisibilidade que não pode ser calculada pelos dados algorítmicos. Assim, o sujeito pode surgir como inventor de uma saúde para si que não se deixa determinar.

Conexões digitais e as transformações dos modos de vida

A estruturação das formas de vida na presente conjuntura ocorre invariavelmente imersa na técnica digital, cujos representantes medeiam as relações do sujeito com o mundo por meio das telas dos dispositivos *smarts*. Realizar atividades cotidianas requer, cada vez mais, a mediação digital, sem a qual o sujeito se isola na ilha da tecnologia analógica, que não acompanha a velocidade das informações digitalizadas. O uso de tais tecnologias, sobretudo mediante redes sociais, passa a definir o *modus operandi* da sociabilidade, de forma que suas ressonâncias nos âmbitos gerais da vida não passam sem consequências. Diante desse cenário, têm-se novas formas de subjetivação e uma experiência particular de mal-estar. Assim já havia previsto Guattari (1990) ao afirmar que “na era das revoluções informáticas, do surgimento das biotecnologias, da criação acelerada, de novos materiais de uma ‘maquinização’ cada vez mais fina do tempo, novas modalidades de subjetivação estão prestes a surgir” (pp. 46-47).

O atual estágio de desenvolvimento tecnológico é resultado do advento da cibernética, ciência que revolucionou o processamento de dados e a criação de redes de comunicação. Contudo, os anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial foram marcados pelo crescente interesse político na cibernética como ferramenta de controle, campo que prometia a resolução de problemas econômicos e sociais (Alcântara *et al.*, 2021). É a partir desse avanço que surge a cibercultura, movimento que visava à proteção contra os avanços da cibernética por intermédio de ações em educação tecnológica diante da perplexidade com que se viam os, até então, recentes avanços. Tratava-se da necessidade de um processo cultural protetivo que pudesse se apropriar dos novos desenvolvimentos criando novos saberes. Assistia-se com entusiasmo ao poderio da internet, que prometia transformar o ser humano em uma divindade todo-poderosa, conforme destaca Alcântara *et al.* (2021):

Assim como a pólvora mudou o movimento, o papel mudou a memória, a bússola mudou o espaço e o relógio mudou o tempo, as tecnologias digitais, como efeito da cultura cibernética, nos dispõem uma infinidade de dispositivos maquinísticos que nos ajudam a administrar e calcular de forma imediata a memória, o espaço e o tempo (p. 230).

O contexto global de desenvolvimento da técnica, no seio da dominação capitalista, provoca um movimento de condensação e ruptura; isto é, amplia a exclusão social ao passo que intensifica a globalização (Alves & Mancebo, 2006). Em face das mudanças que decorrem da Quarta Revolução Industrial (Klaus, 2016), uma parcela significativa do mundo vive em um contexto de hiperconexão digital e de aceleração do tempo. No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, os indivíduos são transformados em consumidores que alimentam o fluxo vertiginoso de informações, corroborando uma subjetividade calcada em novas dinâmicas inter-relacionais. Nesse sentido, o favorecimento da exclusão social se dá mediante a digitalização dos processos informativos, reduzindo custos e privilegiando o acúmulo de capital (Alves & Mancebo, 2006).

A constituição da subjetividade como processo de assimilação da alteridade, construção de um Eu para si e assunção de uma gramática socialmente compartilhada, acompanha a dinâmica virtual-digital. Assume-se a aceleração dos processos informativos mediante a expressão de um sentimento de instantaneidade que, dentre outras coisas, impede a experiência do ócio e gera uma intolerância ao *off-line*. Consoante Alcântara *et al.* (2021) destacam, a relação dos sujeitos com os aparelhos eletrônicos se torna obsessiva como resultado do impulso à instantaneidade e simultaneidade. O entusiasmo com que se viu o advento da cibernética dá lugar a uma profunda transformação e faz surgir uma nova classe de mal-estar.

A relação sintomática mantida com os dispositivos eletrônicos ressalta os efeitos negativos apontados por Freud (1930/2010), no que se refere ao fato de os avanços científicos não resolverem o entrave do mal-estar. Anseia-se pela solução da técnica como forma de aplacar o deslocamento² advindo do mal-estar sentido na vida individual e coletiva, à medida que o amplia.

Os aparatos capitalistas, sob a égide do neoliberalismo, responsáveis pelos *designs* das tecnologias são reconhecidamente sofisticados ao explorarem mercadologicamente a angústia individual e coletiva ao vender a ilusão do apagamento do Real. O sujeito que sofria pelo encontro com a própria insuficiência vê com entusiasmo a oportunidade de se tornar empreendedor de si. Han (2020) salienta a impossibilidade do estabelecimento de relações desinteressadas no funcionamento neoliberal. O indivíduo empreendedor, para provar a si mesmo, precisa fazer prosperar o seu negócio, o que torna as relações preñes de uma objetividade que impossibilita um modo de se relacionar “livre de qualquer propósito” (p. 11).

A técnica, apropriada pelo capital, produz mecanismos estéticos que buscam preencher essa insuficiência existencial, não alcançando seu objetivo por ignorar que a dinâmica da

2 Antes de se tratar puramente de angústia, Dunker (2015) considera o mal-estar um sentimento de deslocamento como negação do estar. O estado de não pertencimento deságua em um mal-estar que implica sintomas no corpo e em sofrimento individual e coletivo.

angústia se deve a um momento primitivo de cisão que constitui o sujeito. É na promessa de contornar o Real que os dispositivos eletrônicos entram no jogo da vida pulsional, modificando a maneira como o sujeito se posiciona em relação às suas formas de satisfação.

Corroborando isso, Pinheiro e Carneiro (2013) defendem que há um investimento na ampliação do imaginário por intermédio da comercialização do sonho de superação do impossível, próprio da experiência humana. A tentativa de mitigar a recorrência pungente do Real, da qual a angústia é tributária, culmina na atualização do mal-estar. É nesse sentido que os autores sublinham como os avanços da biotecnologia ao tentar reconstituir o sonho do transumanismo redundam em um *hipermal-estar*. Quanto mais o sujeito se sente soberano e dono de si, maior será a insistência do Real como resultado do desinteresse acerca dos determinantes inconscientes que também o constituem.

Os *designs* comprovam o seu refinamento à medida que os bens de consumo são adotados como objeto *a*³, capazes de se elegerem como a promessa de satisfação, mas que logo deslizam e se deslocam para outros *gadgets* (Alcântara et al., 2021). A expectativa da completude sem demora cede espaço para o desejo por outro dispositivo capaz de absorver a fonte de angústia. Em encontro a isso, Žižek e Daly (2006) reforçam o funcionamento de tal dinâmica:

A pulsão liga-se a certos “objetos do excesso”... que guardam a promessa de uma realização pelo menos parcial, mas jamais conseguem cumpri-la plenamente, de uma vez por todas. Os objetos pequeno *a* existem em estado permanente de deslocamento e estão sempre noutro lugar (p. 10).

As juras ilimitadas de completude mantêm o sujeito absorto no uso das telas. Nesse sentido, Dunker (2017), como citado em Alcântara et al. (2021), defende que a intoxicação digital é uma patologia discursiva. A tese do autor considera que uma patologia discursiva provoca alteração no laço social, na economia do gozo e na relação de reconhecimento. Apesar da promessa de supressão do Real, o sujeito contemporâneo vê seu vazio ser atualizado no empreendedorismo de si que é incentivado pela tentativa de distinção da massa homogênea de internautas. A positividade, máxima desse estágio do capitalismo, reitera a negatividade do desejo que resiste a saciar-se.

O estabelecimento de uma realidade digital impossibilita uma fuga do contexto virtual que não seja o completo isolamento do sujeito. O elemento de indeterminação presente na estrutura neuronal das ditas inteligências artificiais corrobora uma visão fatalista dos destinos da vida, na qual essa tecnologia conquistaria poder de agência. Há um movimento pendular que se reveza entre a esperança das benesses tecnológicas e a tragédia do encerramento da humanidade no controle maquínico.

Ao propor outra via reflexiva, Hui (2020) defende a multiplicidade relacional que nega o fatalismo experienciado como terror ficcional diante dos frutos da tecnologia. O autor propõe que a relação entre natureza e tecnologia faz parte de uma cosmologia que não se resigna a uma leitura singularista. Os contextos evolutivos e geográficos das tecnologias são historicamente situados e, portanto, multideterminados. Segundo o autor, a relação com a

3 Cf. Fink (2018). Trata-se do objeto perdido com o qual o sujeito tem de se haver. Funciona como uma espécie de lembrete que reedita o gozo abandonado em prol de tornar-se desejante mediante sua clivagem subjetiva.

tecnologia deve ser concebida antes em seu caráter de multiplicidade contextual do que a partir da perspectiva universalista do pensamento domínio-subjugação.

A história dos avanços tecnológicos são marcadores da história do desenvolvimento humano como espécie, não sendo adequada uma visão dualista acerca de seus rumos. Alves e Mancebo (2006) corroboram uma análise complexa da conjuntura tecnológica ao defenderem que as tecnologias são vetores de análise social, pois provocam deslocamentos nas representações do mundo para o sujeito. São, portanto, sensíveis mudanças simbólicas que alteram a percepção do espaço e do tempo para o sujeito, não se resignando à assunção de um futuro de ficção distópica.

Uma perspectiva multideterminada do contexto tecnológico, como defende Hui (2020), verte a atenção das análises para as fases do capitalismo e para seu poderio em se adaptar às mudanças de forma a manter o controle. Ao defender que a tecnologia faz parte de uma cosmologia, o autor enfatiza que diversas forças determinam sua construção. A disposição tecnológica que atomiza o coletivo diluindo-o em unidades se refere a um processo de financiamento capitalista que obedece a interesses particulares. Nesse sentido, os usos para a tecnologia não seriam únicos e predeterminados, mas podem, inclusive, ser aliados para se pensar a decolonialidade. Consoante Hui (2020), “a maneira como vemos a tecnologia enquanto força exclusivamente produtiva e mecanismo capitalista voltado ao aumento da mais-valia nos impede de enxergar seu potencial decolonizador e de perceber a necessidade do desenvolvimento e da manutenção da tecnodiversidade” (p. 11).

A leitura complexificada da conjuntura contemporânea é possível mediante o questionamento de seus pressupostos epistemológicos e ontológicos, desvelando a intencionalidade capitalista por detrás de seus usos atuais. Pinheiro e Carneiro (2013) reforçam que a tecnociência não tem um caráter meramente instrumental ao defender a existência de uma lógica intrínseca a ela. O discurso da ciência, ao buscar aplacar o impossível do real por meio de suas explicações racionalistas, busca se haver com o mal-estar de forma a apagá-lo. A tecnociência, que ganha do capital o estatuto de divindade onisciente, vende ao sujeito a ilusão da superação do que de si escapa.

Na filosofia da tecnologia, tensiona-se o debate entre liberdade humana e autonomia da tecnologia. Feenberg (2013a), filósofo canadense, discute as vertentes antagônicas que divergem no ponto em que se debate a autonomia humana *versus* a autonomia da técnica. Por um lado, a vertente substantivista da filosofia da tecnologia, afiliada à Escola de Frankfurt, tem caráter mais pessimista (Neder, 2013). Ela nega a instrumentalidade da técnica e advoga por sua independência mediante a incorporação de valores substantivos. Ora, se é verdade que a tecnologia tem uma moral cujo mote é a eficácia racionalista, logo ela não é um mero aparato passivo do controle humano. Nesse sentido, a tecnologia não pode assumir sentidos outros, sejam individuais, sejam coletivos, pois está impregnada de valores e, assim, suas finalidades os obedecem.

De modo antagônico, a perspectiva instrumentalista, que defende o caráter passivo da tecnologia como aparato utilizado na busca humana por satisfação, demonstra fé no progresso liberal ao crer numa tecnologia neutra em valores (Neder, 2013). Nesse caso, o uso das tecnologias poderia ser instrumentalizado pelos interesses humanos, que as utilizariam

como dispositivos cujas funcionalidades nos seriam benéficas. O obstáculo para isso, contudo, seriam os valores da tecnologia. Se as tecnologias têm valores, então elas têm uma moral que as indica modos de ação. Uma tecnologia neutra em valores não tem um sentido determinado em seu desenvolvimento e, portanto, seus destinos seriam incertos. Entretanto, tal forma de conceber as tecnologias ignora os determinantes sociais e, sobretudo, econômicos, que ditam os rumos do seu desenvolvimento. Se aceitamos que os determinantes de seu desenvolvimento se somam no plano de fundo da experiência tecnológica, logo é verdade que não podemos controlar seus rumos. Nessa perspectiva, as elucubrações de uma distopia em que a espécie humana finalmente encontraria sua extinção sob o poderio do maquinário passa a fazer sentido.

Efetivamente, como demonstra Han (2020), a técnica submete o sujeito ao seu poderio de maneira sutil, incentivando o uso da liberdade à medida que a explora e remove do indivíduo o seu poder de decisão por meio do controle algorítmico. Feenberg (2013c) enfatiza o sentido coletivo da exclusão promovido pela manutenção hierárquica que a tecnologia realiza sob o domínio de interesses econômicos.

Há, entretanto, para além desse fator, uma outra face da exclusão que diz respeito ao controle exercido em um nível subjetivo. A hiperconexão, a vida nas redes sociais virtuais, faz com que o sofrimento e a produção de desejo se adestrem ao digital. Trata-se de um controle profundo dos processos psíquicos. Em um nível individual, tem-se o controle da vida privada, da vontade própria do sujeito que navega em seu *smartphone* por meio da manipulação de *big data*; “trata-se de um conhecimento de dominação que permite intervir na psique e que pode influenciá-la em um nível pré-reflexivo” (Han, 2020, p. 23, grifos do autor). O destino de tal controle seria o fim do poder de decisão arbitrária do indivíduo, cujas ações são previstas a partir de cálculos estatísticos que permitem o conhecimento dos seus padrões de consumo. Han (2020) adverte que o *smartphone* é um instrumento de subjetivação que assume o papel de um objeto de devoção. A satisfação obtida nessa sujeição é acompanhada pela vigilância que inflige uma culpa superegoica, cujo resultado é o comportamento obsessivo, como que de um religioso que precisa da igreja digital-virtual para se confessar (Han, 2020).

Em um nível macro, enfatizado por Feenberg (2013c), há o controle sobre a coletividade, que ao ser excluída pelos *designs* se vê acuada diante do poder psicopolítico. O uso do *big data* possibilita a extração refinada do “*psicograma coletivo*, e quem sabe até o *psicograma do inconsciente*” (Han, 2020, p. 36, grifos do autor). A regulação dos modos de subjetivação e dos ajuntamentos coletivos, portanto, são dois vieses das ressonâncias da exclusão dos sujeitos da tomada de decisão nos *designs*. A esperança na promessa neoliberal de um mundo sem limites faz revirar a vida dos *users* de modo a torná-los transparentes, partes constituintes de banco de dados. Os algoritmos, estruturados de forma a controlar os sujeitos com a força repressiva que excede os aparatos militares do Estado (Lévy, 2000, como citado em Alves & Mancebo, 2006), regula ambos, coletivos e indivíduos.

Não obstante o exercício desse controle, Feenberg (2013a) se opõe ao fatalismo. O filósofo canadense, amparado no construtivismo sociológico, estabelece críticas à corrente substantivista sem negar pontos que considera acertados. Ele busca encontrar um espaço que reconheça a possibilidade de graus de liberdade humana. Conforme o autor, “a teoria

crítica reconhece as consequências catastróficas do desenvolvimento tecnológico ressaltadas pelo substantivismo, mas ainda vê uma promessa de maior liberdade na tecnologia” (p. 61). Nesse sentido, como seria possível conter o ímpeto moral da eficiência lucrativa da tecnologia e controlá-la em detrimento de sua crescente capacidade de controle?

Feenberg (2013b) não despreza o caráter valorativo da tecnologia apontado pela perspectiva substantivista, mas acredita que, mesmo na estrutura tecnológica, seja possível vislumbrar essa liberdade mediante a intervenção democrática nos *designs* das tecnologias. O autor expõe sua posição aludindo à metáfora de quadros em um museu. Embora seja verdadeiro que obras artísticas geralmente têm uma moldura que determina, ou mesmo limita, o seu formato, o conteúdo dos quadros, presente no interior da moldura, varia. O conteúdo no interior das molduras está sujeito à criatividade do artista, que pode, inclusive, brincar com as formas. Haveria, seguindo a alegoria, potencial criativo, a despeito da limitação imposta pela estrutura.

A proposta de Feenberg (2013b) passa por uma esfera de mobilização reflexiva, pois, para que seja possível uma intervenção democrática nos *designs* tecnológicos, os sujeitos precisam abandonar a ilusão da transcendência⁴. Reconhecer-se como parte de uma conjuntura da qual não se pode sair possibilita a articulação que reivindica uma participação na configuração dos seus *designs*. Assim, a tecnologia poderia ser (re)configurada em um espaço democrático que não reproduzisse a lógica do capital, na qual a regra do “pouco sobre muitos” impera (p. 100).

O ideal do progresso tecnocientífico não necessariamente tem seu funcionamento justificado pelo objetivo da eficiência. Com efeito, os dispositivos incorporam os interesses e as ideologias dos seus *designers*. Feenberg (2013b), portanto, não nega o caráter ideológico da tecnologia, mas constata que a escolha do seu uso está compreendida em relações de poder. Assim, ele conclui que “a tecnologia não é *racional*, no sentido antigo do termo positivista, mas socialmente relativa; o resultado de escolhas técnicas é um mundo que dê sustentação à maneira de vida de um ou de outro grupo social influente” (p. 103, grifo do autor).

Compreender a tecnologia como um complexo intrincado de relações é essencial para que se rompa com a visão dualista que oscila entre a tragédia do extermínio e o “humanismo prometeico” (Lipovetsky & Serroy, 2011, p. 42, como citado em Pinheiro & Carneiro, 2013, p. 420). A tecnologia incorpora os valores daqueles que a projetam. Isso diz respeito ao seu estatuto normativo. Isto é, poder-se-ia haver diversos usos caso elas houvessem sido desenvolvidas em outros contextos. Devido à normatividade imbuída nos usos e relações estabelecidos com a tecnologia, a relação imediata mantida com ela faz parecer não haver outras formas de vivê-la fora do antro ideológico do capitalismo que massifica e precariza.

O projeto de Feenberg é uma aposta na autonomia dos grupos humanos por intermédio da democracia. Se os *designs* não têm uma essência, logo são politicamente determinados.

4 Cf. Feenberg (2013b). O autor nomeia assim a ideia que geralmente se tem acerca dos dispositivos eletrônicos serem objetos passivos, que sofrem ações dos indivíduos sem oferecer nenhum tipo de resposta. Na verdade, existe um “revide” tecnológico que atua ao devolver a reprodução dos valores que atendem aos interesses que estruturam os *designs*.

Destarte, pode-se haver uma racionalização democrática da tecnologia propiciando a experiência de graus de liberdade humana⁵.

Tendo em vista fazer frente ao domínio excludente das redes, Feenberg insiste numa articulação democrática. Defende-se aqui que a produção de movimentos singulares do sujeito, apesar do poderio algorítmico, far-se-á possível mediante a resistência à velocidade da vida contemporânea. Isso implica outros modos de relação com a técnica, munindo-se de um descompromisso em face dos imperativos de produtividade e consumo. Indo ao encontro dessa posição, a psicanálise pode oferecer contribuições ao desfazer a tentativa de aterramento do Real que mantém a promessa de positivação absoluta do sujeito. Abre-se espaço para a criatividade sem sentido que habita o corpo na insistência pulsional que marca o impossível. O corpo como território do enigmático pode oferecer possibilidades de experiência emancipatória mesmo na conjuntura da hegemonia tecnológica.

Corpo difuso: abrigo para a virtualidade

Tratar da definição para o corpo constitui tarefa intrincada para a filosofia, sendo esse um objeto de pesquisa também para outros campos de estudo, como a psicanálise. A concepção cartesiana de sujeito inaugura o pensamento moderno acerca da corporeidade, a partir do qual se estabelecem áreas da ciência cujo objeto é a relação mente-corpo.

Buscando a verdade absoluta, Descartes (2005) assume que o seu corpo adviria da ação divina e que, por isso, não poderia enganá-lo, constituindo assim verdade inequívoca. O sujeito evocado por Descartes é indivisível, unificado e funciona na interação entre corpo e alma, produzindo a consciência e suas ações. O cogito afirma a existência pela ação reflexiva da consciência.

Por outro lado, a concepção psicanalítica de sujeito não se apoia na univocidade da consciência, nem se reduz às funções mecânicas do organismo. As ideias de Freud solaparam o paradigma de uma unidade coesa da mente, produtora de uma racionalidade autocentrada e autoconsciente. No inconsciente, Freud enxergou uma estrutura que dá sentido aos pensamentos que se encadeiam no antro da consciência. Nessa nova lógica, a atividade autorreflexiva oferece resultados terapêuticos limitados, posto que ela corresponderia apenas a um limiar reduzido do psiquismo. Freud (1905/2016) salienta como um volume ainda maior de ideias concatenadas existe para além da consciência: “Chamamos conscientes aquelas ideias que observamos como vivas em nós, ou observaríamos, se nelas atentássemos. Elas são, em cada momento, muito poucas; e se, além delas, outras estão presentes, devemos chamá-las ideias ‘inconscientes’” (p. 314).

A descoberta do inconsciente como estrutura do psiquismo torna iminente a subversão do paradigma cartesiano, efetivada por Lacan⁶. Esse corpo, que lateja no sujeito a pulsão, se

5 Cf. Feenberg (2013c, pp. 179-199). Tyler Veak faz críticas quanto à operacionalização da proposta de Feenberg, apontando impasses para uma intervenção democrática no desenvolvimento tecnológico, além de criticar os exemplos dados pelo filósofo canadense por basearem-se em conquistas democráticas apenas locais. Feenberg oferece resposta valorizando conquistas locais que resultaram de intervenções democráticas e expande essa possibilidade aos *designs* nas sociedades tecnocratas.

6 Cf. Lacan (2025). Lacan exprime a célebre frase “sou onde não penso, penso onde não sou”.

manifesta no enigma e não na ordem do significante; a sua existência não é inteiramente apreendida no âmbito da epistemologia. Esse corpo fugaz é constituído desde a mais tenra idade de vida, quando a imagem que o bebê tem de si ainda não é uma leitura de corpo global, mas um corpo fragmentado. O senso de unificação desse corpo apenas é obtido mediante a introjeção de outros agentes, cuja aparição como imagem própria faz com que o corpo até então fragmentado passe a fazer sentido como coisa-uma. O espelho funciona como suporte que oferece unidade ao Eu em construção; o bebê se reconhece especularmente à medida que observa as imagens de outros.

As imagens são, portanto, imprescindíveis para a produção de um Eu que terá identidades e personalidades. Safatle (2020) destaca que “a imagem aparece como dispositivo fundamental de socialização e individuação” (p. 33). É por meio da percepção da autoimagem que o bebê pode notar-se como indivíduo e não como apêndice. Lacan (2009) reforça que o processo denominado por ele de estágio do espelho precede o momento de maturidade fisiológica da criança, quando há certa independência em relação a seu cuidador mediante o controle motor ainda em aquisição. Tal processo é “a aventura original por meio da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe corpo outro que não ele mesmo” (p. 109). A capacidade de compreender a si mesmo não mais como a extensão do corpo materno, e sim como um Eu separado, seria contemporânea do processo de desenvolvimento da alteridade.

A posição ocupada por esse Eu, agora formado, é predominantemente alienada, isto é, o novo Eu é instância nomeada e referenciada por um Outro. O nome do sujeito é um atributo que o precede e o introduz ao mundo a partir de mitologias, motivações e desejos prévios. As formas de comunicação, a aprendizagem de uma língua e a estruturação do desejo do sujeito não são empreendimentos de mérito individual, mas apenas são possíveis porque um Outro o introduz. Seu corpo é fruto da dialética relacional da trama na qual está inserido. Nesse âmbito de análise, Fink (2018) afirma que, “embora a assimilação dos desejos do Outro seja um aspecto inevitável da formação do desejo, ela é vivenciada, mais tarde, como uma intromissão ou violação” (p. 67). Trata-se do momento em que o sujeito percebe que sequer seu desejo se origina em si próprio.

As imagens apreendidas pelo bebê se sobrepõem ao longo da vida, a partir das quais se constroem identidades, personalidades e fantasias de distinção e autonomia. O organismo, unidade fisiológica, passa a ser corpo, entidade cindida, no cruzamento entre imagem e anatomia, resultando na criação de uma imagem de corpo peculiar a cada um (Gonçalves, 2022). Contudo, a operação mencionada, que marca a transição do estado de fragmentação para um corpo unificado em sua imagem, deixa um resto, uma irreducibilidade à representação que caracteriza o corpo como uma entidade confusa.

A operação do estágio do espelho tem como produto a queda de uma “libra de carne” (Lacan, 2005, p. 242), necessária para que o sujeito advenha como desejante quando o organismo passa por sua subjetivação ao tornar-se um corpo. A fenda da cisão provocada no corpo é habitada pelo não-saber. Assim, nas palavras de Lacan (2008), passa a existir “um lugar, o inconsciente, em que se enuncia uma verdade que tem a propriedade de nada podermos saber dela” (p. 198). A verdade e o saber caminham em direções opostas, na

medida em que no inconsciente incide o Real, cuja aparição é primitiva e estruturante que, na figura de *Das Ding*⁷, precede até mesmo o momento da castração (Lucero & Vorcaro, 2009). É por encorpar uma falha que o trabalho de autodefinição é infundável para os seres humanos, estando destinados e “essencialmente abertos à possibilidade de desenvolver novas formas de subjetivação” (Žižek & Daly, 2006, p. 12).

Nasio (2009) defende que o corpo é o revelador privilegiado do inconsciente, formado pelas referidas imagens que sequer são vistas. No corpo há um território não colonizado pelo sentido, portanto definir suas manifestações no mundo com as ferramentas da linguagem configura tarefa inexecutável. Por conseguinte, as afecções do corpo sempre foram um impasse para as ciências médicas, sobretudo no que se refere aos fenômenos psicossomáticos. Na medicina, a psicossomática se destacava por seu não-lugar, sendo atribuídos a ela os sintomas sem uma etiologia fisiológica clara (Gonçalves, 2022). Desse modo, o fenômeno psicossomático seria uma manifestação inconsciente no real do corpo, sem representação simbólica. Gonçalves (2022) demonstra como uma série de sintomas não decorre de um conflito simbólico, nem se trata de uma satisfação sexual codificada, mas da incidência da pulsão no corpo como ela é, ou seja, pulsão de morte. Há fenômenos, dessa forma, que revelam a disparidade da relação entre o saber e a verdade.

O processo formativo do Eu alberga uma série desses fenômenos, sobretudo quando, no processo decisivo de transição do estádio do espelho, perde-se uma parte de si que permanece não integrada, inassimilável. É, também, por isso que a autoimagem permanece sempre virtual (Žižek & Daly, 2006). A construção primitiva de um Eu, de caráter imagético, é mediada pela relação com um outro. No momento da conjuntura atual, marcada pela velocidade e quantidade das suas imagens, o sujeito aprofunda suas relações imaginárias no palco particular que se abre para si nas redes sociais (Alcântara *et al.*, 2021). Tais constatações corroboram o controle exercido pelos *gadgets* ao provocar modificações sensíveis na experiência individual, interferindo, até mesmo, na imagem virtual que se tem de si. Desse modo, embora as imagens desempenhem um papel fundante na subjetividade e as tecnologias digitais modulem o tráfego de imagens, há o Real que impossibilita aspirações de totalização.

O Real como recurso para emancipação

O acesso sempre parcial ao corpo é tributário do resto que sobra da operação primitiva. Esse resto não some, tornando-se antes tormento e, ao mesmo tempo, livramento da felicidade que esmagaria o sujeito. Esse resto inassimilável é obstáculo para as pretensões de totalização da industrialização e das tecnociências.

Pinheiro e Carneiro (2013) falam de um fascínio por essa promessa de superação desse elemento inassimilável, o que provoca uma relação avassaladora com o Outro: sem ele, não há dialetização da falta ou do desejo. A fascinação pela tentativa de exclusão do Real enclausura o sujeito em si mesmo na expansão das suas relações imaginárias, passando a operar em

7 Trata-se da “Coisa” freudiana, referência para o desejo do sujeito, como lugar da verdade, por meio do objeto *a*.

um labirinto especular como consequência da entrega de si ao seu narcisismo. Os autores sintetizam essa tendência: “Uma sociedade fascinada em reciclar esse excesso residual não visitado pela palavra corre o risco de permanecer, pois, num silêncio mortífero e sem sentido” (pp. 435-436).

Diante da insistência do gozo, Gonçalves (2022) tensiona os limites do alcance da palavra em seu poder de simbolização ao questionar o que pode uma análise defronte de um lugar inacessível que produz sintomas e intervém no mundo. Tal questionamento se posiciona em paralelo ao temor de extinção provocado pela relação avassaladora com a tecnologia. Afinal, quanto de contingência o sujeito pode experimentar em um cenário que destitui dele o poder que crê ter sobre si? A maneira como o sujeito opera com seu gozo se oferece como hipótese à ameaça fatalista.

Ao discutir as possibilidades de liberdade e autonomia diante dos avanços científicos, Žižek e Daly (2006) questionam os sentidos definidos para esses termos. Safatle (2022) propõe para eles um sentido estético. Para o autor, a experiência estética constitui uma via para a retomada de um conceito de liberdade que não seja a de uma autogerência, mas, ao contrário, uma experiência da liberdade na dissonância das formas, isto é, uma experiência fundada na sensibilidade que subverte a lógica explicativa da linguagem. Nesse sentido estético, uma experiência de emancipação estaria ligada à superação do medo do encontro com o heterônimo, que geralmente reforça as exigências de autogerência do sujeito. Aqui, a liberdade se revela mediante a abertura ao que somente existe em latência, mas pode, pela arte, ensaiar representar-se.

Žižek e Daly (2006) notam que ao temer o controle da tecnologia, como a biogenética, ignora-se as incidências da pulsão de morte, elemento incorpóreo. Ao convidar a psicanálise para o debate acerca da destruição da contingência em relação ao controle do mundo virtual, considera-se o elemento preponderante do Real. Nesses termos, Žižek e Daly (2006) se propõem a fecundar a dúvida acerca dos pressupostos estruturantes da realidade, demonstrando que ela se apresenta sempre numa condição não-toda. Toda realidade existe apenas virtualmente. Não haveria distinção radical, portanto, entre mundo virtual e realidade, tendo em vista o caráter lacunar de ambos. Assim, “não vivenciamos as coisas diretamente como a realidade, por isso o Real, exatamente no sentido do Real cru, é vivenciado como espectro e fantasia” (p. 119).

A realidade da técnica, dita objetiva e científica, também lacunar, impossibilita uma determinação radical do seu futuro como distopia ou utopia. Ao se fiar no controle absoluto da subjetividade pelos algoritmos, apaga-se o papel fundante do Real na estruturação da realidade. Ou seja, o risco de controle dos afetos pelas tecnologias encontra como obstáculo o caráter fugidio da própria realidade. Apesar de as formas de organização do desejo nascerem no seio social e as expressões sintomáticas estarem condicionadas à padronização imperativa do mercado, a vida desliza sobre a esteira sem sentido do Real. Žižek e Daly (2006) corroboram uma abordagem complexificada da temática, devido à preponderância do Real, considerando a multiplicidade de possibilidades que há entre os polos da dicotomia distopia-utopia.

Sendo assim, apesar de os avanços tecnológicos dominarem a vida contemporânea e ditarem o modo de produção dos afetos e das relações sociais, há um limiar de contingência

inscrito no corpo e experienciado como mal-estar. Ao abrir-se para operar com o gozo como incidência do Real, o sujeito pode constituir para si um *sinthoma* (Lacan, 2007). Isto é, a expressão do singular e incurável que habita o sujeito, a partir do qual ele pode inventar para si algo novo relacionado ao não-simbolizável do sintoma (Gonçalves, 2022). Afinal, na medida em que o Real sinaliza o impossível, ele possibilita que respostas singulares sejam dadas aos impasses da vida na cultura.

Considerações finais

Pensar horizontes de uma liberdade humana na conjuntura contemporânea constitui objetivo pouco crível, dada a dependência criada em torno das tecnologias digitais — que atendem a interesses bem definidos de dominação. Tal possibilidade parece diminuta quando se debate a abrangência que as inteligências artificiais alcançarão e quais postos de trabalho serão capazes de automatizar. O poder de decisão acerca dos rumos dos desenvolvimentos tecnológicos se concentra em um estreito círculo de pessoas, o que perpetra violências simbólicas e ratifica o caráter antidemocrático que dá o tom das escolhas dos *designs* dos aparatos técnicos (Feenberg, 2013b). A exclusão que precariza o trabalho e amplia desigualdades é o produto do cálculo do custo-benefício que objetiva a eficiência ao mirar na ampliação dos resultados e das margens de lucro. Nesse ínterim, os sujeitos, dataficados em usuários-consumidores, são instrumentalizados por meio de um mercado de gestão algorítmica: criam-se desejos e sintomas globalmente compartilhados. Ao transformar as identidades em empreendimentos egóicos, conceber uma singularidade humana imprevista na paisagem digital-virtual parece tarefa impossível.

A modificação da lógica do capital que designa os usos para os dispositivos eletrônicos é vista como objetivo de distante concretização. Contudo, a aposta na ampliação do contato com a dissonância de uma certa contingência subjetiva pode redundar em articulações que questionem a estrutura vigente e privilegiem a emancipação mediante outra forma de relação (Safatle, 2022).

Isto finda por frustrar as não raras pretensões de totalização da tecnociência, de forma a tornar possível a construção de uma relação tecnodigital mais desinteressada em relação a esses fins. Faz-se necessário reconhecer que o impossível que habita o corpo é atualizado mesmo nesta época em que os *gadgets* se afirmam como aparatos capazes de criar a vida plena. A tentativa simbólica de recusa da intrusão do resto que subjaz à própria fundação do corpo ressurgue ainda mais insistentemente no Real.

Ao percorrer o sentido oposto à moral da eficiência e dos resultados, uma certa psicanálise, que aqui se tentou delinear, compromete-se com o retorno aos fragmentos que constituem o sujeito. Em meio aos destroços daquilo que falha, o sujeito pode se afirmar como desejante de maneira singular a partir mesmo do que está para além do sentido (Gonçalves, 2022). No lugar da promessa de completude imaginária, oferece-se a possibilidade de se haver com os resíduos que não se deixam apreender pela linguagem. Encontram-se os vestígios das primeiras marcas afetivas da palavra sobre o corpo, constituindo para si uma resposta singular. A inscrição do impossível no corpo atesta que a vida existe aonde a palavra não chega. Desse

modo, o encontro do sujeito com a inscrição inconsciente sobre si abre a possibilidade para a expressão do que há de singular em sua existência.

Ao atestar a presença do impossível que permanece, não obstante as deslumbrantes promessas de superação do mal-estar, o sujeito pode se reconhecer nos fragmentos da sua não existência. O limite do saber, experienciado pela tecnociência como incapacidade de tudo automatizar, testemunha que há na vida a contingência do acontecimento que abre espaço para um limiar de singularidade. Assim, se os destinos traçados parecem imutavelmente determinados, a construção singular do sujeito rompe com lógicas deterministas.

A perspectiva distópica que teme o fim de certa agência subjetiva, portanto, não reflete criticamente sobre tais conceitos. Pode-se construir uma relação outra com a tecnologia, desprendida dos imperativos da hiperconexão, de hiperaceleração e do consumo desenfreado, que culmine numa resposta singular mediante uma experiência de ruptura com o paradigma capitalista. As respostas singulares que emanam do encontro com o vazio nos rememoram que deve haver alternativa para lógicas totalizantes.

Referências

- Alves, P. P. & Mancebo, D. (2006). Tecnologias e subjetividade na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 11(1), 45-52. Recuperado em 12/06/2026 em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/LvfWyf4hCy5BzTLvm4r5LBc/abstract/?lang=pt>>.
- Alcântara, S., Martins, J. C. D. O., Barbosa Júnior, F. W. S. & Lima, M. C. P. (2021). Notas sobre o mal-estar na cibercultura em tempos de hiperaceleração digital. *Tempo psicanalítico*, 53(1), 221-248. Recuperado em 12/06/2026 em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-48382021000100010>.
- Descartes, R. (2005). *Meditações metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Feenberg, A. (2013a). O que é a filosofia da tecnologia? In Neder, R. (Org.), *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia* (pp. 49-66). Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina.
- Feenberg, A. (2013b). Teoria crítica da tecnologia: um panorama. In Neder, R. (Org.), *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia* (pp. 97-118). Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina.
- Feenberg, A. (2013c). Precisamos de uma teoria crítica da tecnologia? In Neder, R. (Org.), *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia* (pp. 177-199). Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina.
- Fink, B. (2018). *Introdução clínica à psicanálise lacaniana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-36)* (pp. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930).
- Freud, S. (2016). *Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1905).
- Gonçalves, G. (2022). *Corpo e clínica psicanalítica: teoria e prática*. Curitiba: Juruá.

- Guattari, F. (1990). *As três ecologias* (11ª ed.). Campinas: Papirus.
- Han, B.-C. (2020). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (7ª ed.). Belo Horizonte: Âyiné.
- Hui, Y. (2020). *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora.
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: De um Outro a outro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2025). *O seminário, livro 15: o ato psicanalítico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lucero, A. & Vorcaro, Â. (2009). Das Ding y el otro en la constitución psíquica. *Estilos da clínica*, 14(27), 230-251. Recuperado em 12/06/2026 em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1415-71282009000200014>.
- Klaus, S. (2016). *A Quarta Revolução Industrial*. São Paulo: Edipro.
- Nasio, J.-D. (2009). *Meu corpo e suas imagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Neder, R. T. (2013). O que (nos) quer dizer a teoria crítica da tecnologia? In Neder, R. T. (Org.), *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia* (pp. 7-24). Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina.
- Safatle, V. (2020). *Introdução a Jacques Lacan* (4ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Safatle, V. (2022). *Em um com o impulso*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Pinheiro, R. & Carneiro, H. F. (2013). A fascinação pelo resto: o hiper mal-estar na tecnociência. *Tempo Psicanalítico*, 45(1), 419-438. Recuperado em 12/06/2026 em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010148382013000200011&script=sci_abstract>.
- Žižek, S. & Daly, G. (2006). *Arriscar o impossível: conversas com Žižek*. São Paulo: Martins Fontes.

Beyond technological determinism: body and subjectivity in the digital age

Abstract

Contemporaneity is produced by new digital technologies, whose most prominent representatives are social networks and artificial intelligences. This new industrial phase of capitalism entails the conditioning of modes of subjectivation, given the inseparability between technology and human existence. This work aims to analyze a certain fatalistic notion according to which the outcome of this relationship would be the complete domination of humans by the machines. The hypothesis is that there exists, in the subjects, ways for the technical developments beyond the notions of automatization as the exponent of progress. If the latter perspective is true, then a certain subjective contingency can modify the relationship to the technical systems. It is proposed that the body, as conceived by psychoanalysis, shelters the potential to subjective productions and constitutes a way out of the deterministic views of the technique over the modes of life. The body as the harbor of the drive represents the contingent potential for the making of inventive activities, even through its symptoms.

Keywords: Digital technologies. Subjectivity. Body. Psychoanalysis.

Au-delà du déterminisme technologique: corps et subjectivité à l'ère numérique

Résumé

La contemporanéité est produite par les nouvelles techniques numériques, dont les représentants les plus marquants sont les réseaux sociaux et les intelligences artificielles. Cette nouvelle phase industrielle du capitalisme implique le conditionnement des modes de subjectivation, étant donnée l'inséparabilité entre technologie et existence humaine. Ce travail vise à analyser une lecture fataliste qui conçoit cette relation comme la domination des sujets par les machines. L'hypothèse est de qu'il y a, chez les sujets, des voies pour un développement technique au-delà des notions d'automatisation comme progrès. Si cette dernière perspective est vraie, alors une certaine contingence subjective peut changer les sens des rapports aux systèmes techniques. Il est proposé que le corps, tel que conçu par la psychanalyse, constitue une issue aux notions déterministes de la technique sur les modes de vie. Le corps subjectif, abri de la pulsion, représente le potentiel contingent d'une activité créatrice, même par ses productions symptomatiques.

Mots-clés: Technologies numériques. Subjectivité. Corps. Psychanalyse.

Más allá del determinismo tecnológico: cuerpo y subjetividad en la era digital

Resumen

La contemporaneidad se produce mediante nuevas tecnologías digitales, cuyos ejemplos más destacados son las redes sociales y la inteligencia artificial. Esta nueva fase industrial del capitalismo implica el condicionamiento de los modos de subjetivación, dada la inseparabilidad entre tecnología y existencia humana. Este trabajo analiza una interpretación fatalista que concibe esta relación como la dominación de los sujetos por las máquinas. La hipótesis es que, en los sujetos, existen vías para el desarrollo tecnológico que superan la noción de automatización como progreso. Si esta última perspectiva es cierta, entonces una determinada contingencia subjetiva puede alterar el significado de las relaciones con los sistemas tecnológicos. Se propone que el cuerpo, tal como lo concibe el psicoanálisis, constituye una vía de escape de las nociones deterministas del impacto de la tecnología en los modos de vida. El cuerpo subjetivo, refugio de la pulsión, representa el potencial contingente para una actividad creativa, incluso a través de sus producciones sintomáticas.

Palabras clave: Tecnologías digitales. Subjetividad. Cuerpo. Psicoanálisis.

Submetido em: 09/12/2024

Revisado em: 29/12/2025

Aceito em: 13/01/2026